Oliveira 3
Editorial

Situação "gravíssima"

A delicadeza da situação nacional pode aferir-se pelo comportamento do ministro Antônio Carlos Magalhães e do sr. Eugênio Staub, presidente da Gradiente, ao sair da reunião reservada de empresários com o ministro das Comunicações. Ambos concordaram em preservar o sigilo sobre o que se discutiu "francamente" no encontro. Deixaram entrever, no entanto, a relevância dos temas tratados. O ministro Antônio Carlos Magalhães declarou à imprensa que mantinha o compromisso de não comentar "problemas nacionais de extrema gravidade" discutidos na reunião. O empresário reafirmou o caráter franco do debate, durante o qual não se discutiu outra coisa senão "o quadro gravíssimo da economia". Será preciso dizer mais? Ou seria preciso acrescentar o que o ministro fez questão de ressaltar para a imprensa: no governo, discutem-se as políticas e adotam-se decisões que devem ser cumpridas; quem com elas não concordar, ou deve sair por vontade própria, ou ser demitido pelo presidente? O ministro das Comunicações tem sido sempre um bom termômetro das situações. Suas observações ponderadas sobre a necessidade de haver autoridade no governo e sua preocupação com a crise devem, assim, ser tomadas na devida conta.

O quadro, com relação aos problemas nacionais, é de extrema gravidade, para não dizer que é gravíssimo. Não é à toa que um político atilado e um empresário de expressão traduzem em suas palavras sentimentos idênticos. A crise de autoridade, somando-se à convicção de um sem-número de agentes econômicos de que o governo não mais controla a economia, ajuda a criar clima perto do pânico. É mister revertê-lo por ações de autoridade, sob pena de a psicose do desastre apoderar-se de amplas camadas da população e a "profecia auto-alimentadora" de que falam os cultores da lógica vir a tornar-se realidade.

Antes de mais nada, para que essa reversão se dê é preciso que o Congresso tome consciência da gravidade da situação decorrente do fato de a Constituição haver, no correto sentido do termo, subvertido relações reais existentes há anos na sociedade brasileira, e introduzido novos institutos jurídicos, desconhecidos do Direito Público, e portanto tendentes a modificar situações estabelecidas. Essa revolução constitucional deve ser juridicamente regulamentada —

a menos que os congressistas de hoje, e constituintes de ontem, desejem que as transformações ensejadas pela Carta Magna dêem azo a que se produzam grandes comoções sociais ou uma crise institucional entre a Constituição e os pareceres do consultor-geral da República ou o primeiro-ministro das crises, general Ivan de Souza Mendes. A falta de pronta regulamentação da Carta Magna abrirá caminho para que tudo aquilo que é imaginado real pelos políticos seja transformado, no reino da fantasia, em realidade jurídica.

Essa situação de crise institucional — a de termos duas Constituições regendo a vida pública, a promulgada dia 5 e a revogada na mesma data — poderia ser contornada com boa vontade se a hiperinflação não estivesse batendo à porta e anunciando, como a ave agourenta do poeta, que nunca mais veremos os dias tranquilos do passado. Ora, é a ameaça da hiperinflação que leva o ministro das Comunicações e o sr. Eugênio Staub a ver com olhos extremamente pessimistas a situação nacional. Que medidas poderá adotar o ministro da Fazenda para impedir que o dragão — como chama a inflação o presidente Sarney, convencido de que basta dar o nome ao demo para esconjurá-lo — complete sua ação nefasta?

A nova Constituição retirou do Executivo a possibilidade de emitir decretos-leis, dando ao Congresso poderes para agir em épocas de crise. Infelizmente, porém, o Poder Legislativo não se deu conta de suas responsabilidades acrescidas e não deseja legislar para o futuro, concentrando-se tão-só no presente e no passado. Comporta-se como aqueles militantes da CUT carioca que vão protestar contra os acordos assinados entre o Brasil e os credores internacionais diante das portas do consulado norte-americano, onde extravasaram seu rancor tamanho contra o FMI... O ministro da Fazenda, por maior que seja sua boa vontade, não poderá convencer o Congresso, a menos que antes tenha cedido aos governadores no tocante ao financiamento da dívida dos Estados com o Tesouro Nacional. Em outras palavras, para adotar medidas heróicas contra a inflação, antes deverá consentir que se aumente o déficit público previsto!!!

O centro da crise, no entanto, como dissemos várias vezes, não está aqui ou ali, indiscriminadamente, mas no Palácio do Planalto. A crise se

chama José Sarney. Nunca, na história recente do Brasil — nem mesmo no governo Figueiredo, de quem o senador José Sarney foi defensor emérito —, se viu alguém a quem o exercício do poder repugnasse tanto. Não o usufruto das pompas, mas a disposição de carregar o peso do infortúnio. O sr. José Sarney aborrece o poder. Esse fato deve ser meditado por quantos se empenham em encontrar uma saída para a crise. Se assim é, a Presidência da República, já enfraquecida pela nova Constituição, encontra-se debilitada pelo temperamento da personalidade de quem a ocupa. Em outras palavras, quando se somam duas constituições (o que quer dizer nenhuma) com um presidente visceralmente avesso à adoção de medidas que desgastem seu suposto cabedal político futuro, tem-se uma crise de bom tamanho. Quase insolúvel nos quadros constitucionais vigentes.

A esperança de que seja possível encontrar-se a saída, ou uma saída, é muito tênue, e reside na capacidade de as forças vivas da sociedade conseguirem — por sobre o governo, ou apesar da ausência dele — entender-se para tentar evitar a hiperinflação. A esperança é tênue, dizemos, porque a crise não só se centra no Planalto como tem no Governo seus protagonistas. Se o Executivo não tiver estatura para pôr freio a despesas; se o Congresso não estiver disposto a sacrificar popularidade barata em favor de efetivas medidas de austeridade; e se o Judiciário não for rápido em suas decisões, qualquer tentativa de pacto social, de conter preços e salários, será vã. Pior do que vã, contraproducente, pois apenas tenderá a irrigar a sementeira onde germinam as flores do mal.

É preciso, ademais, que os autênticos liberais estejam atentos aos fenômenos sociais que começam a aflorar, especialmente aqueles de raiz e fundo autoritário. Não se pode pretender reviver a história, quando se conhecem os caminhos trilhados no passado a pretexto de conjurar crise bem menor do que a atual. É essa consciência de que as soluções autoritárias apenas conduzem ao *Goetterdaemmerung* que torna tênue a esperança e difícil oferecer uma solução, mas ao mesmo tempo obriga a trabalhar por ela.

A hora é grave demais para se admitir soluções tidas como de emergência, as quais apenas agravarão os problemas do amanhã.